

TERMO DE REFERÊNCIA

Serviços de Manutenção de Sistemas de Energia Ininterrupta (No-Breaks) das Salas de Distribuição do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

1. OBJETO

1.1 Contratação para prestação dos serviços de assistência técnica on-site, **com manutenções preventiva, corretiva, cobertura de peças, incluindo baterias, e suporte técnico** para os nobreaks instalados nas salas de distribuição desta Corte de Contas, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência e nos requisitos da contratação descritos nos Estudos Técnicos Preliminares realizados com a finalidade de atender a demanda identificada no âmbito da *Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI do TCE-RJ*.

1.2 Os quantitativos pretendidos para a contratação dos serviços são os expressos no quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
1	Manutenção preventiva das 35 UPS da marca APC - Smart-UPS RT 3000 XL para um período de 24 meses.	Equipamento (No-Break/UPS)	35
2	Manutenção corretiva com cobertura de peças das 35 UPS da marca APC - Smart-UPS RT 3000 XL para um período de 24 meses.	Equipamento (No-Break/UPS)	35
3	Substituição de baterias sob demanda das 35 UPS da marca APC - Smart-UPS RT 3000 XL para um período de 24 meses.	Equipamento (No-Break/UPS)	35

1.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e o **TCE-RJ**, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.4 Com base nos itens acima, os licitantes deverão apresentar como parte integrante de sua proposta, uma planilha de custo que demonstre a formação do preço detalhado, contendo, respectivamente, os preços unitários e globais que compõem o item, para fins de análise de economicidade (exemplo: No item 1, deve ser indicado o valor unitário e global dos respectivos custos e demais produtos ou serviços agregados ao item).

1.4.1 A planilha supracitada deverá apresentar **separadamente** os valores referentes à manutenção preventiva, manutenção corretiva e substituição de baterias.

1.5 A Proposta deverá conter as especificações detalhadas dos itens do objeto ofertado, contendo todas as características, inclusive marca e modelo, de modo a não provocar dúvidas, e que sejam claras, observadas as especificações constantes deste termo de referência.

2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação dos serviços se justifica pela necessidade de manter a continuidade no atendimento das necessidades de produtividade, permanecendo com os atuais níveis de qualidade nos serviços prestados pelo **TCE-RJ**.

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

2.2 Neste mesmo interím, faz-se necessário registrar que a garantia dos referidos equipamentos encerrou em **20/12/2025**¹.

2.3 Portanto, faz-se necessária a contratação de serviços de assistência técnica para os nobreaks/UPS das salas de distribuição atualmente em uso, em quantitativo de demanda previsto pela *Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI*.

2.4 Justificativas:

A contratação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva, cobertura de peças e suporte técnico para os nobreaks do TCE-RJ se justifica pela necessidade de garantir a continuidade operacional dos sistemas críticos de TI, essenciais para o funcionamento institucional e a prestação de serviços à sociedade. Com o término da garantia dos equipamentos em dezembro/2025, torna-se imprescindível assegurar suporte técnico especializado, mitigando riscos de indisponibilidade e preservando o investimento público realizado na aquisição dos nobreaks, que se encontram em pleno estado de conservação

A solução proposta está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade, conforme previsto na Lei 14.133/2021, sendo mais vantajosa do ponto de vista técnico e econômico do que a aquisição de novos equipamentos. O levantamento de mercado e benchmarking realizado demonstra que a contratação de manutenção especializada é prática comum em órgãos públicos, com escopo similar ao proposto.

O contrato prevê mecanismos de gestão de risco, como exigência de estoque mínimo de peças e baterias, penalidades contratuais e acompanhamento periódico, garantindo a resiliência da infraestrutura de TI. A demanda está diretamente relacionada à missão estratégica da Subsecretaria de Tecnologia da Informação, conforme o PDTI 2024-2025 e o Plano Estratégico 2024-2031 do TCE-RJ, e atende integralmente às exigências legais e normas técnicas aplicáveis.

Dessa forma, a contratação é medida indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos, proteger o patrimônio público, promover a sustentabilidade ambiental e garantir o melhor custo-benefício para a Administração, conforme demonstrado nos Estudos Técnicos Preliminares.

3 NATUREZA DO OBJETO

3.1 Os serviços contemplados neste Termo de Referência possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

4 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, que está baseada na descrição da solução como um todo, indicada nos Estudos Técnicos Preliminares realizados pelo TCE-RJ.

4.1 DETALHAMENTO DO OBJETO

¹ Considerando o que consta no processo TCERJ nº 302.882-1/2023 - <https://www.tcerj.tc.br/visualizador/processo/302882/1/2023>

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

4.1.1 Os serviços serão solicitados mediante emissão de solicitação de execução de serviço, e após chamado da Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte (CIS) da Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI) do **TCE-RJ**, e terá por finalidade corrigir possíveis falhas, efetuando os necessários ajustes, reparos e consertos, inclusive a substituição de peças, consumíveis e/ou componentes, que deverão ser originais e novos, nos termos expostos pelas *alíneas "d" e "e" do subitem 4.2.1*.

4.1.2 As manutenções técnicas, preventiva e corretiva, mecânica e operacional dos equipamentos, deverão ser efetuadas pela contratada, através de atendimento técnico, incluindo a troca de **todos** os componentes defeituosos nos termos definidos pelo item 4.3 deste termo de referência.

4.1.3 Para fins de dimensionamento das propostas, as informações de produção dos equipamentos, consolidadas, estão dispostas a seguir:

UPS (APC - Smart-UPS RT 3000 XL)	Localização (Prédio 50)
AS2310191119	Térreo
AS2506283445	1o Andar
AS2250391647	2o Andar
AS2424291101	3o Andar
AS2239292286	4o Andar
AS2250391646	5o Andar
AS2250391644	6o Andar
AS2250391641	7o Andar
AS2250391617	8o Andar
AS2250391635	9o Andar
AS2401191829	10o Andar
AS2250391621	11o Andar
AS2239292296	12o Andar
AS2250391650	13o Andar
AS2250391620	14o Andar
AS2250391634	15o Andar
AS2250391631	16o Andar

UPS (APC - Smart-UPS RT 3000 XL)	Localização (Prédio 70)
AS2250391642	Térreo
AS2250391632	3o Andar
AS2239292287	4o Andar
AS2250391626	5o Andar
AS2250391618	6o Andar

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

AS2239292288	7o Andar
AS2250391622	8o Andar
AS2250391636	9o Andar
AS2250391652	10o Andar
AS2239292295	11o Andar
AS2250391637	12o Andar
AS2250391639	13o Andar

UPS (APC - Smart-UPS RT 3000 XL)	Localização (Prédio 70 – STI)
AS2250391649	2o Andar
AS2250391651	2o Andar
AS2250391645	2o Andar

UPS (APC - Smart-UPS RT 3000 XL)	Localização (Anexo 54)
AS2250391630	1o Andar

UPS (APC - Smart-UPS RT 3000 XL)	Localização (Escola de Contas e Gestão)
AS2310191123	Térreo
AS2447190825	1o Andar

Obs.: Cumpre ressaltar que todos os referidos equipamentos foram adquiridos em 2023 e efetivamente colocados em produção no referido ano.

4.2 FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O regime de execução contratual é o de empreitada por preço global.

4.2.1 Os serviços serão executados de acordo com as seguintes diretrizes:

a. A assistência técnica on-site para todas as partes deverá ser realizada pela própria contratada, com a devida utilização de peças, consumíveis e dispositivos novos, de primeira utilização e que não denotem uso anterior;

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

- b. Não serão aceitos remendos, improvisos ou qualquer outra forma de adaptação, mesmo que seja em caráter provisório. Não serão aceitos equipamentos/placas/peças/componentes reconicionados.
- c. A assistência técnica tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, incluindo o fornecimento de peças, consumíveis e de mão-de-obra dos serviços realizados.
- d. Deverão ser usadas somente peças, materiais e acessórios originais, com ou sem selo das montadoras, novas e de primeiro uso, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados;
- e. As peças, componentes e/ou acessórios substituídos, quando solicitadas pelo Fiscal do Contrato, deverão ser devolvidas ao fiscal dentro das caixas das peças novas, acondicionadas em embalagens com identificação da Ordem de Serviço respectiva.
- f. A substituição de baterias, sempre que apresentarem falhas ou perda de autonomia, está incluída no escopo contratual, devendo as unidades fornecidas ser novas e originais.

4.2.2 A contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto neste Termo de Referência.

4.2.3 A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de **16 (dezesseis) (chamados críticos)** ou **48 (quarenta e oito) (chamados não críticos)** horas a contar da identificação de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

4.3 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para garantir a adequada gestão e fiscalização do contrato, a execução dos serviços seguirá o cronograma abaixo, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar:

- **Início da Vigência do Contrato:** Emissão da Autorização de Início dos Serviços pela Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte (CIS/STI).
- **Manutenções Preventivas:**
 - **Periodicidade:** Semestral (a cada 6 meses), totalizando 4 visitas preventivas durante os 24 meses de vigência contratual.
 - **Atividades:** Limpeza interna e externa, testes de autonomia das baterias, aferição de parâmetros, ajustes e substituição preventiva de peças desgastadas.
- **Manutenções Corretivas:**
 - **Sob demanda (sem criticidade):** Atendimento conforme abertura de chamado técnico, respeitando os prazos de SLA definidos (24 horas para início e 48 horas para conclusão).
 - **Sob demanda (com criticidade):** Atendimento conforme abertura de chamado técnico, respeitando os prazos de 4 horas para início e 16 horas para conclusão. Se porventura a conclusão do reparo ultrapassar 16 horas, a contratada deverá

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

providenciar imediata troca da UPS defeituosa até que ela esteja em condições normais de operação.

- **Entrega de Relatórios Técnicos:**
 - **Após cada visita preventiva:** Relatório detalhado contendo descrição das atividades realizadas, peças substituídas, resultados dos testes e recomendações.
 - **Após cada manutenção corretiva:** Relatório específico do atendimento, incluindo diagnóstico, solução aplicada e peças trocadas.
- **Reuniões de Acompanhamento:**
 - **Semestral:** Reunião entre contratante e contratada para avaliação dos indicadores de desempenho, cumprimento do SLA e análise de melhorias.
- **Encerramento do Contrato:**
 - Entrega do relatório consolidado com histórico das manutenções realizadas, indicadores de disponibilidade e recomendações para continuidade da operação.

4.4 ROTINAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.4.1 Os serviços contemplados neste Termo de Referência possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, cujo modelo de prestação de serviços segue o apurado no Estudo Técnico Preliminar que analisou esta demanda e compreendem a execução das seguintes tarefas básicas:

4.4.2 Manutenção preventiva

4.4.2.1 Entende-se por manutenção preventiva o conjunto planejado e periódico de ações sobre equipamentos ou sistemas, com programação e resultados registrados, visando antecipar e evitar falhas, garantindo a segurança na operação e reduzindo a necessidade de manutenção corretiva não programada.

4.4.2.2 Para fins deste Termo de Referência, a manutenção preventiva será realizada em periodicidade semestral, com o objetivo de reduzir defeitos decorrentes do uso regular dos equipamentos.

4.4.2.3 A manutenção preventiva tem a finalidade de conservar os equipamentos em condições adequadas de operação e compreende:

- limpeza e revisão de partes e peças dos equipamentos descritos no item 1.2;
- ajustes, lubrificação, limpeza interna e externa;
- substituição de peças desgastadas pelo uso;
- instalação ou implementação de melhorias;
- realização de testes e medições conforme recomendações técnicas do fabricante, permitindo detectar problemas iminentes e efetuar correções antes da ocorrência de falhas

4.4.3 Manutenção corretiva

4.4.3.1 Tipo de manutenção realizada após a ocorrência de defeitos ou falhas no funcionamento dos equipamentos para restaurar o seu perfeito funcionamento. Consiste na

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

realização de testes, diagnósticos e conserto dos equipamentos, correção de defeitos ou falhas, colocando o equipamento em seguras condições de uso, empregando peças e acessórios novos e originais do fabricante. Os serviços deverão ser realizados quando ocorra o defeito ou falha conforme cláusulas contratuais, com fornecimento de peças, insumos e componentes pela Contratada sem ônus para o Contratante.

4.4.3.2 Proceder, sempre que necessário, ou quando recomendado ou solicitado pelo **TCE-RJ**, aos reparos ou consertos que se fizerem necessários.

4.4.4 Materiais e equipamentos e demais acessórios a serem disponibilizados

4.4.4.1 Define-se como material consumível ou suprimento para fins deste Termo de Referência, componentes que possuam substituição/troca programada pelo fabricante.

4.4.4.2 No caso de a Contratada disponibilizar equipamento para substituir temporariamente equipamento defeituoso, o equipamento fornecido deverá possuir todos os consumíveis necessários ao seu funcionamento.

4.4.4.3 Na ocorrência de defeitos que possam ser solucionados sem a necessidade de troca de peças, ou seja, através de recurso técnico, a eventual reconfiguração do dispositivo para operar na rede interna poderá ser realizada por equipe técnica do próprio TCE-RJ.

4.4.4.4 Na ocorrência de defeitos cuja solução dependa da substituição de peças, deverá ser levado em consideração que:

4.4.4.4.1 A reposição de peça/placa/componente é de responsabilidade da contratada.

4.4.4.4.2 A peça/placa/componente deverá ter características iguais ou superiores àquela de mesma categoria instalada originalmente no equipamento. A aceitação da substituição estará condicionada à avaliação da peça/placa/componente pela Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte (CIS).

4.4.4.4.3 A peça/placa/componente deverá ser fornecida com todos os elementos (drivers, cabos, conectores etc.) necessários à sua instalação e operação.

4.4.4.4.4 As peças defeituosas trocadas durante o período do contrato serão recolhidas pela Contratada ("logística reversa"), que será responsável pelo seu descarte ambientalmente sustentável, conforme descrito no item 19.

4.4.5 Atendimento aos Chamados

4.4.5.1 O período de atendimento será de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, exceto nos feriados.

4.4.5.2 Os prazos aqui dispostos são contados em horas corridas, excetuando-se sábados, domingos e feriados.

4.4.5.3 Após o registro do chamado na contratada, os tempos para atendimento e conclusão serão os seguintes:

- **Chamados não críticos:**

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

- **24 (vinte e quatro)** horas para o primeiro atendimento;
- **48 (quarenta e oito)** horas para a solução do problema e conclusão do chamado.
- **Chamados críticos:**
 - **4 (quatro)** horas para o primeiro atendimento;
 - **16 (dezesesseis)** horas para a solução do problema e conclusão do chamado.

4.4.5.4 Os prazos a que se referem os itens anteriores começarão a fluir a partir da abertura do chamado técnico devidamente formalizado pela Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte (CIS), da Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TCE-RJ, ou por funcionário(a) autorizado(a) pelo titular dessa Coordenadoria.

4.4.5.5 Os atendimentos devem ser realizados dentro dos prazos discriminados no subitem 4.4.5.3. Nos casos em que excederem o limite tolerável será aplicada glosa nas faturas mensais de acordo com os métodos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.4.5.6 A contratada deverá disponibilizar canal de comunicação com atendimento em horário comercial, segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, para abertura dos chamados de assistência técnica. Este canal de comunicação deverá garantir de forma inequívoca a data e a hora da formalização da abertura do chamado técnico, gerando um número de registro desta ocorrência.

4.4.5.7 Caso não seja possível efetuar o reparo no prazo descrito no subitem 4.4.5.3, a contratada poderá ser instada a instalar um equipamento novo como empréstimo (*backup*), sem avaria e em boas condições de funcionamento, com características exatamente iguais ou superiores ao do objeto em questão, tal equipamento sujeitar-se-á à homologação do fiscal do contrato.

4.4.5.8 O prazo limite para reparo e devolução de equipamentos inseridos na situação descrita no item anterior é de 30 (trinta) dias corridos, a serem contados a partir da abertura do chamado técnico devidamente formalizado pela Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte (CIS), da Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TCE-RJ, ou por funcionário(a) autorizado(a) pelo titular dessa Coordenadoria.

4.4.5.9 O modelo aceito pelo fiscal do contrato para equipamentos que atuarão como *backup*, na primeira ocorrência, deverão ser, preferencialmente, mantidos para as substituições futuras, durante todo o período do contrato.

4.4.6 Conclusão dos Chamados

4.4.6.1 O técnico da empresa contratada fará um relatório detalhado dos procedimentos adotados e das peças substituídas durante o atendimento, fechando este registro após ter solucionado e concluído o chamado, devidamente aprovado pela contratante, que ficará com uma via desse relatório.

4.4.6.2 O Relatório dos serviços executados em cada equipamento deverá ser entregue à Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte (CIS), localizada na Praça da República nº 70, 2º andar do TCE-RJ, logo após sua finalização.

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

4.4.6.3 Entende-se por “Conclusão dos chamados”, o término do trabalho realizado pela empresa contratada, solucionando definitivamente o problema relatado no chamado, inclusive, para os casos em que houver a necessidade de substituição do equipamento.

4.4.6.4 A contratada responsabiliza-se pelo bom desempenho e comportamento de seus funcionários, podendo a contratante exigir a imediata substituição de qualquer subordinado da contratada cuja atuação julgue inadequada.

4.4.6.5 Não poderá a contratada arguir o término da cobertura do contrato de manutenção de um equipamento, em virtude de movimentação dentro das instalações do TCE-RJ, e de serviços realizados pela contratante, visando a incrementos em sua capacidade tais como: adição de memórias, placas e periféricos.

4.4.7 Sobre o plano de Comunicação entre Contratante e Contratada:

4.4.7.1 Para assegurar a efetividade na execução dos serviços e o cumprimento dos prazos estabelecidos, será adotado o seguinte fluxo de comunicação:

4.4.7.1.1 Abertura de Chamados Técnicos:

4.4.7.1.1.1 Responsável: Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte (CIS/STI).

4.4.7.1.1.2 Canal: Sistema eletrônico de chamados ou e-mail institucional da contratada, com confirmação automática de recebimento.

4.4.7.1.1.3 Prazo para confirmação: Até **1 hora** após a abertura do chamado.

4.4.7.1.2 Atendimento Técnico:

4.4.7.1.2.1 Responsável: Contratada.

4.4.7.1.2.2 Prazo para início: Até **24 horas** após abertura de **chamados não críticos** ou **4 horas** para **chamados críticos**.

4.4.7.1.2.3 Prazo para conclusão: Até **48 horas** após início do atendimento **para chamados não críticos** ou **16 horas** para **chamados críticos**, conforme SLA definido.

4.4.7.1.3 Comunicação e Ocorrências Críticas:

4.4.7.1.3.1 Responsável: Contratada deve informar imediatamente à CIS/STI qualquer situação que possa impactar a continuidade dos serviços (ex.: falta de peças, atraso no reparo).

4.4.7.1.3.2 Canal: Telefone direto ou e-mail institucional.

4.4.7.1.3.3 Prazo: Comunicação imediata, seguida de registro formal em até **2 horas**.

4.4.7.1.4 Relatórios Técnicos:

4.4.7.1.4.1 Responsável: Contratada.

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

4.4.7.1.4.2 Prazo: Até **48 horas** após conclusão do serviço.

4.4.7.1.4.3 Conteúdo mínimo: identificação do equipamento, tipo de manutenção realizada, itens verificados, peças substituídas, testes realizados, diagnóstico e solução aplicada, recomendações técnicas, data e hora do atendimento, responsável técnico.

4.4.7.1.5 Reuniões de Acompanhamento:

4.4.7.1.5.1 Periodicidade: Semestral.

4.4.7.1.5.2 Objetivo: Avaliar indicadores de desempenho, cumprimento do SLA e propor melhorias.

4.4.7.1.5.3 Participantes: Representantes da CIS/STI e da contratada.

4.4.7.1.6 Escalonamento de Problemas:

4.4.7.1.6.1 Em caso de descumprimento de SLA ou falhas recorrentes, a Contratante notificará formalmente a contratada e poderá aplicar penalidades conforme previsto neste Termo de Referência.

4.5 LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.5.1 Os serviços serão prestados nas dependências dos prédios do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, localizados na Praça da República, nºs 50, 54/56 e 70, e na Rua da Constituição nºs 44/46 - Centro - Rio de Janeiro - Brasil - CEP: 20211-351, em dias úteis no horário das 9h às 18h

4.6 REQUISITOS ADICIONAIS

4.6.1 A contratação dos bens e serviços será orientada pelos seguintes dispositivos normativos:

- Plano Estratégico TCE/RJ;
- Nota técnica SGE nº 06, de 1º fevereiro de 2023, da Secretaria Geral de Controle Externo (SGE) sobre o procedimento de planejamento para aquisição de bens e serviços de Tecnologia da Informação do TCE-RJ.;
- Lei nº 14.133/21 que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;
- Lei Complementar Federal nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC;

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

- Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras.

4.7 GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.7.1 Os serviços deverão ter garantia mínima de 90 dias, a partir do recebimento definitivo do objeto, na forma definida neste Termo de Referência.

4.7.2 A contratada ficará obrigada, durante esse período, a prestar garantia, inclusive em relação dos materiais e peças utilizados, devendo reparar e substituir, no todo ou em parte, às suas expensas, no prazo de 2 (dois) dias consecutivos a contar da notificação enviada pela Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte (CIS) da Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI) do **TCE-RJ** acerca do problema, quaisquer serviços e/ou materiais e peças que apresentem defeitos, vícios ou que tenham sofrido danos ou avarias, de qualquer espécie, de forma que comprometam seu uso regular e adequado.

4.7.3 No caso de substituição de materiais ou peças, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia originalmente concedidos aos substituídos, a contar da data que ocorrer a substituição e entrega das novas unidades, sem prejuízo das observações contidas nos subitens 4.1.2 c/c alíneas "d" e "e" do subitem 4.2.1 deste termo de referência.

4.8 SIGILO DE INVIOABILIDADE

4.8.1 A Contratada deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações a que eventualmente possa ter acesso, durante os procedimentos de fornecimento dos produtos objeto deste Termo de Referência.

5 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O prazo de início dos serviços ou de execução poderá ser prorrogado mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram motivos devidamente evidenciados e sujeitos à análise prévia do setor requisitante e aprovação da Administração do **TCE-RJ**.

5.2 Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado à **Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos - CGA** do TCE-RJ, localizada à Praça da República, nº 70 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, Telefone: (21) 3231-5213 ou (21) 3231-5291, e-mail: cga@tcerj.tc.br.

6 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 Após a formalização contratual e da sua publicação no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, o prazo de vigência da contratação será de **24 (vinte e quatro) meses** corridos e começará a contar a partir da data indicada no Termo de Autorização de Início dos Serviços, a ser emitido pela Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte – CIS, da Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI) do **TCE-RJ**.

6.1.1 A fixação de prazo contratual superior a 12 (doze) meses para a solução de manutenção preventiva e corretiva de nobreak justifica-se pela vantajosidade econômica, pela eficiência processual, pela ampliação da competitividade e pela continuidade operacional dos

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

switches instalados nas salas de distribuição, em caso de falta de energia. Em relação ao primeiro aspecto, a extensão do prazo permite a diluição dos custos operacionais e logísticos da contratada, favorecendo a apresentação de propostas comerciais mais vantajosas e ampliando a atratividade do certame ao mercado. Ademais, o prazo estendido está alinhado à expectativa de vida útil dos equipamentos, cuja manutenção preventiva e corretiva exige planejamento técnico contínuo e previsível, evitando interrupções no funcionamento e garantindo a integridade dos ativos. A medida também contribui para a racionalização administrativa, ao reduzir a necessidade de prorrogações anuais e de novos processos de contratação, que demandam tempo, recursos humanos e esforços de planejamento, especialmente considerando as soluções de TIC, as quais envolvem alta complexidade técnica e impacto direto nas operações do TCE-RJ. Por fim, os nobreaks em pleno funcionamento têm como objetivo garantir a operação ininterrupta dos sistemas críticos, mesmo em caso de falha no fornecimento de energia elétrica, assegurando que os switches continuem ativos.

6.2 O prazo de vigência do **CONTRATO** poderá ser prorrogado, em periodicidade sucessiva em relação ao seu prazo inicial, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) anos previsto no artigo 107 da Lei Federal 14.133/21, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a sua extinção sem ônus para qualquer das partes.

6.3 A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

7 GARANTIA CONTRATUAL

7.1 Em razão da previsão de estimativa financeira de pequeno valor, bem como em razão da baixa complexidade do objeto a ser licitado, não se recomenda a adoção da exigência de garantia financeira para a futura contratação prevista no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21, visto, ainda que, em tese, os riscos que possam advir da sua execução não apontam proporcionalmente para potenciais prejuízos financeiros.

8 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a. Executar os serviços contratados conforme especificações deste termo e de sua proposta, com a alocação dos empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias para execução do objeto;

b. *Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;*

c. Executar os serviços objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo Edital e seus anexos;

d. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e *qualificação* exigidas no edital;

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

- e.** Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto nos limites fixados no art. 125 da Lei Federal n.º 14.133/21;
- f.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos e preços de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;
- g.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- h.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, securitárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- i.** Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização, ficando o **TCE-RJ** autorizado a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- j.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, observando, ainda, as normas de segurança da Contratante, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- k.** *Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146/2015;*
- l.** As obrigações e responsabilidades da Contratada serão suspensas se a prestação dos serviços for obstada por motivo de rebelião e/ou enchente, comprovadamente, imprevisíveis e alheios ao controle da mesma, devendo nesses casos o evento motivador da paralisação dos serviços ser comunicado, formalmente, ao **TCE-RJ**, em 24h (vinte e quatro horas) de sua ocorrência;
- m.** Credenciar, junto ao **TCE-RJ**, preposto(s) e colaborador(es) da Contratada que atenderá(ão) às requisições dos serviços e receberá(ão) as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização, bem como prestará(ão) às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual;
- n.** Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela Fiscalização;
- o.** Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização da Contratante;

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

- p. Garantir acesso, a qualquer tempo, da Fiscalização ao serviço em contratação;
- q. Cientificar, imediatamente, à Fiscalização qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no serviço;
- r. É vedada a transferência de responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
- s. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto a ser executado;
- t. Quando necessário, deverão ser usadas somente peças, materiais e acessórios originais, com ou sem selo das montadoras, novas e de primeiro uso, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados.
- u. Para garantir a continuidade operacional dos nobreaks e evitar atrasos na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, um **estoque mínimo** de peças e componentes originais, incluindo **bancos de baterias - a responsabilidade pelo fornecimento das baterias necessárias à manutenção preventiva ou corretiva é integralmente da contratada**, compatíveis com os modelos **APC Smart-UPS RT 3000 XL**, em quantidade suficiente para atender às demandas de manutenção preventiva e corretiva, respeitando os seguintes **requisitos mínimos**:
- Estoque dimensionado para atender, no mínimo, **10% do parque instalado** (35 equipamentos), considerando peças críticas e baterias.
 - As peças e baterias deverão ser **novas, originais e de primeiro uso**, vedada a utilização de itens reconicionados.
 - A CONTRATADA deverá apresentar, no início do contrato, **declaração formal** indicando a localização do estoque e a relação das peças disponíveis.
 - O não cumprimento desta exigência poderá ensejar **glosa nas faturas mensais** e aplicação das penalidades revistas neste Termo de Referência.

Por fim, a Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte (CIS/STI) poderá realizar inspeções ou solicitar comprovação documental do estoque a qualquer momento durante a vigência contratual.

8.2 OBRIGAÇÕES DO TCE-RJ:

- a. Expedir a Autorização de Início de Serviços necessária para o começo da prestação de serviços por parte da contratada.
- b. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de prepostos ou representantes da contratada às dependências da contratante relacionadas à execução do objeto deste Termo de Referência, mediante informação prévia dos dados do(s) colaborador(es), incluindo nome e CPF;
- c. Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, verificando, ainda, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação e prestando as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto contratado, que venham a ser solicitados por representante legal ou preposto da contratada;

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

- d.** Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos contratualmente e tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para o **TCE-RJ** ou modificação das obrigações;
- e.** Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- f.** Manter, através da Fiscalização, registros de ocorrências com a junção de documentos relacionados com eventuais serviços realizados em desconformidade com a contratação.
- g.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos com as especificações constantes do termo de referência, edital de licitação e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- h.** Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos contratualmente;
- i.** Conduzir os procedimentos relativos à aplicação de reajuste e revisão de preços, se cabível;
- j.** Aplicar à contratada, penalidades administrativas por descumprimento das obrigações contratuais e do edital de licitação;
- k.** Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

10 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

10.1 Será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio, apesar de não se tratar de execução contratual de dimensão de alta complexidade ou grande vulto financeiro.

10.2 As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante o **TCE-RJ** por todos os atos praticados pelo consórcio;

10.3 Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

10.4 As empresas consorciadas poderão, todavia, somar os seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no consórcio, para a finalidade de atingir os limites fixados para tal objetivo no edital da licitação.

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

10.5 Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei nº 12.690/12, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

11 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.1 Para fins da avaliação da qualificação econômico-financeira o licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

11.1.1 Balanços patrimoniais e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

11.1.1.1 Os documentos passíveis de apresentação, referidos no item 12.1.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, na forma do artigo § 6º do artigo 69 da Lei Federal 14.133/21.

11.1.1.2 A situação econômico-financeira das empresas licitantes será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência (SG), os quais deverão ser superiores a 1 (um).

LG =	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$
LC =	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$
SG =	$\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$

11.1.1.3 A licitante que evidenciar índices contábeis iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, poderá apresentar alternativamente a capacidade financeira que almejam, através da comprovação de patrimônio líquido de no mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação ou parte diretamente proporcional a itens porventura divisíveis do objeto.

11.1.1.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

11.1.1.5 Se, após a data do levantamento dos demonstrativos contábeis, tiver havido modificações contratuais que importem na alteração do patrimônio líquido, representado pelo aumento do capital social com recursos não existentes no patrimônio líquido na data do último balanço patrimonial, será esta considerada, desde que homologada pela junta comercial e acompanhada das peças contábeis que reflitam essa alteração.

12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA

12.1 Comprovação de capacidade técnica, por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado, emitidos nos últimos 5 anos, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado neste Termo de Referência, com clara menção da execução bem-sucedida, relativamente ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade.

12.2 Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

12.3 Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 169, § 3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal.

12.4 A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

13 VISTORIA TÉCNICA

13.1 Antes da apresentação de suas propostas, as empresas deverão tomar conhecimento das normas e diretrizes do TCE-RJ relacionadas ao presente Termo de Referência, podendo providenciar a obtenção de todas as informações necessárias sobre as condições, estado de conservação e peculiaridades dos equipamentos, e que deverão ser devidamente consideradas na composição dos preços de sua Proposta Comercial.

13.2 Com o objetivo de avaliar as condições de execução e esclarecer as dúvidas inerentes ao objeto deste certame, fica facultada às empresas a realização de visita técnica, em dias e horários previamente agendados com a Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte (CIS) do TCE-RJ, através do telefone (021) 3231-5418 ou através dos e-mails cis@tcerj.tc.br e sti@tcerj.tc.br a/c **Marcelo Paixão** e **Silas Rodrigues**.

13.3 A não realização de vistoria implicará na aceitação tácita das exigências constantes neste Termo de Referência, não sendo aceitas justificativas, em qualquer época, de desconhecimento de estado, condições do local, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

13.4 As Licitantes deverão efetuar pesquisa minuciosa nos referidos equipamentos, não as isentando de responsabilidade sobre a correta avaliação dos seus orçamentos e planejamento de serviços, arcando com os eventuais prejuízos consequentes.

14 EXIGÊNCIAS COMERCIAIS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

14.1 A qualidade de revenda ou distribuidor autorizado é condição indispensável para o fornecimento, implementação e instalação do objeto.

14.2 Requisito de Credenciamento junto à Fabricante:

14.3 A CONTRATADA deverá ser oficialmente credenciada como parceira autorizada (Authorized Partner) pela fabricante, sendo obrigatória a manutenção desta qualificação durante toda a vigência contratual.

14.4 A condição estabelecida no subitem 14.2 somente será exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar no certame, que deverá apresentar:

14.5 O licitante deverá apresentar Carta de Autorização de Parceiro (Partner Authorization Letter) emitida pela fabricante;

14.6 Alternativamente, poderá ser apresentado Certificado de Parceria (Partner Certificate) oficial, emitido pela fabricante.

14.7 Verificação e Diligência:

14.8 A Administração poderá realizar diligências para confirmar a autenticidade e validade do credenciamento apresentado mediante:

a) Consulta aos portais oficiais da fabricante:

b) Contato direto com a fabricante para confirmação do status de parceria

c) Verificação no sistema de localização de parceiros (Partner Locator) disponível no website da fabricante.

14.9 O licitante deverá fornecer todas as informações necessárias (nome da conta, ID de parceiro, contato do gerente de canal, etc.) para viabilizar a conferência pela Administração.

14.10 A não apresentação da carta de credenciamento acarretará na desclassificação da empresa vencedora, sendo convocada a segunda colocada no certame, e assim sucessivamente, até que a exigência seja devidamente atendida.

15 DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

16 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

16.1 O gerenciamento e a fiscalização do contrato caberão, respectivamente, a servidores da **Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos (CGA)** e da **Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte (CIS)** da **Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI)** do **TCE-RJ**, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Resolução TCE nº 379/2021, na(s) sua(s) falta(s) ou impedimento(s), ao(s) seu(s) substituto(s).

16.2 Ficam reservados ao Gestor do contrato, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o **TCE-RJ** ou modificação da contratação.

16.3 As decisões que ultrapassem a competência do gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior, em tempo hábil para a adoção de medidas.

16.4 A Contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Gestão e Fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

16.5 A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Contratante ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da sua execução contratual não implicará corresponsabilidade da Contratante ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Contratante dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

17 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1 O recebimento do objeto será realizado de forma provisória pela Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte (CIS) do **TCE-RJ**, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis e nos termos do art. 140, inciso I, alínea a, da Lei Federal nº 14.133/21.

17.2 Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.

17.3 Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.

17.4 O recebimento definitivo do objeto (peças, por exemplo) será efetuado pela **Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte (CIS)** do **TCE-RJ**, nos termos do art. 140, inciso I, alínea b, da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo máximo de até 10 dias úteis, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas no Termo de Referência.

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

17.5 O aceite/aprovação dos produtos pelo **TCE-RJ** não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

18 FORMA DE PAGAMENTO

18.1 A contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva à Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos – CGA, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

18.2 Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – **TCE-RJ**, CNPJ/MF nº 30.051.023/0001-96, situado à Praça da República, nº 70, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

18.3 O pagamento será efetuado pelo **TCE-RJ sob demanda, conforme for ocorrendo a prestação de serviços (manutenção preventiva, corretiva, substituição de baterias), à medida que o objeto for executado**, mediante crédito em conta corrente da Contratada, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo, contado da atestação da nota fiscal, verificado o recebimento do objeto contratual e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei Federal 14.133/21.

18.3.1 O pagamento sob demanda deve considerar os seguintes eventos:

18.3.1.1 Manutenção preventiva;

18.3.1.2 Manutenção corretiva, com inclusão de peças;

18.3.1.3 Substituição de baterias sob demanda.

18.3.2 Cada evento, mencionado no item anterior, será faturado individualmente, conforme sua ocorrência e mediante emissão de relatório técnico e atestação.

18.3.3 Como trata-se de valor variável e pago sob demanda, chegando ao final do contrato, o saldo remanescente destinado às manutenções corretivas e substituição de baterias não será devido ao Contratado, visto que os serviços não foram, de fato, executados.

18.4 Verificado qualquer erro, o documento de cobrança será devolvido à Contratada, e o prazo para pagamento será contado somente a partir da data de reapresentação da nota fiscal/fatura isenta de erros.

18.5 *Os pagamentos estarão sujeitos a ajustes/descontos em decorrência do eventual desatendimento das metas previstas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) estabelecido neste Termo de Referência.*

18.6 *No caso da ocorrência de descontos, a contratada deverá ser comunicada previamente para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado – IMR, conforme artigo 50 da IN ME nº 05/2017.*

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

19 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Termo de Referência e do correspondente Edital, o **TCE-RJ**, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à CONTRATADA, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

19.2 Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Item 17.1 do Termo de Referência, no edital e no instrumento contratual, a Contratada estará sujeita a multas no caso da ocorrência das situações correlacionadas e graduadas adiante, relacionadas especificamente a efetiva execução do objeto, relevadas possíveis justificativas que possam ser apresentadas por parte da contratada.

TABELA DE EVENTOS 1 – ATRASOS (MORATÓRIA)

ITEM	CONDUTA	MULTAS	BASE
1	O atraso injustificado da assinatura deste CONTRATO , fora do prazo definido previamente no edital de licitação e seus anexos	0,5 %, por dia de atraso injustificado	Valor Adjudicado
2	Deixar de indicar ou informar substituição, dos prepostos da empresa durante a execução do Contrato	0,5 %, por dia de atraso, limitado a 10%	Valor do Contrato
3	O atraso injustificado , para iniciar a execução do objeto no prazo previsto no instrumento contratual, edital de licitação e seus demais anexos (art.162 da Lei Federal 14.133/21)	1 %, por dia de atraso injustificado, limitada até 30%	Valor do Contrato
4	O atraso injustificado na execução do objeto (art.162 da Lei Federal 14.133/21)	1 %, por dia de atraso injustificado, limitada até 30%	Valor do Contrato

TABELA DE EVENTOS 2 – INEXECUÇÃO PARCIAL (COMPENSATÓRIAS)

ITEM	CONDUTA	MULTAS	BASE
1	A não disponibilização de canal de atendimento , seja telefônico ou por meio digital, inviabilizando a devida comunicação com a contratada	5%, duplicada na reincidência, limitada a 20%	Valor do Contrato
2	Desatender as determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, assim como as de seus superiores (inciso II do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	5%, por ocorrência, limitada a 30%	Valor do Contrato
3	Não apresentar documentos de comprovação fiscal exigidas na fase de pagamento da prestação de serviços, previstas no instrumento contratual ou edital e seus anexos (inciso I do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	5% por ocorrência	Valor do Contrato
4	Paralisar o serviço/fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração (inciso I do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	20%	Valor do Contrato
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência	20%	Valor do Contrato

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

19.3 Decorridos 20 (vinte) dias da convocação para assinatura do Contrato (ou retirada/aceite de empenho ou instrumento equivalente), sem a manifestação do adjudicatário, ficará configurada a recusa a que alude o § 5º do artigo 90 da Lei Federal 14.133/21, sujeitando-a ao Impedimento de Licitatar e Contratar pelo período de até 3 (três) anos, além da aplicação da multa prevista no item 1 da Tabela de Eventos, devidamente convertida em compensatória, na forma do parágrafo único do artigo 162 da Lei Federal 14.133/21.

19.4 A inexecução total da avença contratual sujeitará o contratado a multa compensatória de 30% do valor da contratação, além da possibilidade da aplicabilidade do Impedimento de Licitatar e Contratar pelo período de 1 (um) ano.

19.5 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, não sendo ainda compensatórias diante da sua natureza, seja por mora ou pena, ressalvadas a exceção prevista do parágrafo único do artigo 162 da Lei Federal 14.133/21.

19.6 Observado reiterados atrasos injustificados durante a execução contratual, a multa de mora aplicada poderá ser convertida em compensatória, podendo a Administração promover a extinção unilateral com a aplicação cumulada de outras sanções administrativas, consoante disposições contidas no caput e § único do artigo 162 da Lei Federal nº 14.133/2021;

19.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

19.8 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de Advertência, Impedimento de Licitatar e Contratar, e com a Declaração de Inidoneidade de Licitatar ou Contratar.

19.9 A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito do TCE-RJ de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20 SUSTENTABILIDADE

20.1 O fornecedor deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber.

20.2 No caso de descarte e destinação ambientalmente adequada dos inservíveis, eventualmente utilizados e/ou substituídos na execução do fornecimento do objeto, o fornecedor deverá proceder ao descarte e destinação ecologicamente correta.

20.3 A destinação final será responsabilidade do fornecedor e deverá ser realizada de acordo com a IN nº 1/2010, do MPDG em consonância com a legislação vigente à época.

20.4 Todos os custos referentes ao recebimento de inservíveis, tais como coleta, transporte, recebimento e manuseio, correrão por conta da Contratada.

<p><i>Elaborado por:</i></p> <div style="text-align: center; margin-top: 150px;"> SILAS RODRIGUES DO REGO JUNIOR Auditor de Controle Externo Matrícula: 02/5141 </div>	<p><i>Aprovado por:</i></p> <div style="text-align: center; margin-top: 150px;"> MARCELO FRANCISCO DA PAIXÃO Coordenador de Infraestrutura e Suporte Matrícula: 02/3708 </div>
--	--

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

ANEXO A – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

1. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

- 1.1. O Instrumento de Medição de Resultados - IMR deve ser considerado e entendido pela CONTRATADA como um compromisso de manter a prestação dos serviços executados dentro do padrão de qualidade condizente com as especificações técnicas inerentes à contratação;
- 1.2. Os atendimentos devem ser realizados dentro dos prazos discriminados no subitem 4.4.5.3. Nos casos em que excederem o limite tolerável será aplicada glosa nas faturas mensais de acordo com os métodos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 1.3. O **desempenho** da CONTRATADA será medido, segundo os critérios descritos na tabela do item 2.1, abaixo, e serão realizados ajustes nos pagamentos mensais, conforme a faixa de pontuação indicada.
- 1.4. Os **instrumentos de medição** utilizados serão os registros eletrônicos das ordens de serviços efetuados pela fiscalização para atendimentos, fichas de acompanhamento de contrato ou e-mails, todos emitidos pela fiscalização do contrato, ou qualquer outra forma de registro que gere evidência dos fatos.
- 1.5. **Após o registro do chamado na contratada, os seguintes indicadores de níveis de serviço serão avaliados:**
 - a) Descumprimento do prazo para início do atendimento técnico, que deverá ser realizado em até **24 (vinte e quatro) horas (chamados não críticos)** ou **4 (quatro) horas (chamados críticos)** após o registro do chamado na contratada conforme descrito no item 4.4.5.3.
 - b) Descumprimento do prazo para solução e conclusão do chamado, que deverá ser efetuado em até **48 (quarenta e oito) horas (chamados não críticos)** ou **16 horas (chamados críticos)** após o início do atendimento técnico, conforme descrito no item 4.4.5.3.
- 1.6. **Indicadores referentes à manutenção preventiva:**
 - a) Data de início da manutenção
 - b) Atraso injustificado para a conclusão da manutenção

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

Obs.: As datas de início e fim da manutenção preventiva serão previamente acordadas.

1.7. Descumprimentos quaisquer de solicitações realizadas previstas no Termo de Referência

2. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

2.1. O acompanhamento da execução dos serviços será realizado através do método de pontuação sendo atribuído da seguinte forma:

Indicador	Evento	Pontuação	Critério
Item 1.5 (a)	Atendimento técnico realizado após 24 horas (atendimentos não críticos) ou 4 horas (atendimentos críticos) .	Atribuição de 1 ponto a cada 2 horas úteis de atraso, por ocorrência.	Número de atendimentos fora dos prazos descritos no item 4.4.5.3, sem justificativa aceita pela Fiscalização.
Item 1.5 (b)	Reparo de equipamentos realizado após 48 horas (atendimentos não críticos) ou 16 horas (atendimentos críticos) .		
Item 1.6 (a)	Atraso no início da manutenção preventiva		Manutenções previstas no item 4.4.2.2 com atrasos injustificados.
Item 1.6 (b)	Atraso no término da manutenção preventiva		
Item 1.7	Atraso injustificado em quaisquer solicitações previstas neste Termo de Referência (que não sejam relacionados aos itens 4.4.5.3 ou 4.4.2.2)		Solicitações previstas neste Termo de Referência não cumpridas pela Contratada.

2.2. PERIODICIDADE E APLICAÇÃO DA MEDIÇÃO: Mensal, aplicado ao período de adimplemento.

2.3. MECANISMO DE CÁLCULO: possibilidade de descontos nos pagamentos mensais, segundo o somatório dos pontos indicados no Quadro constante deste IMR, de acordo com a respectiva faixa de pontuação na forma abaixo definida:

Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte da Subsecretaria de Tecnologia da Informação – CIS/STI

2.4. FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO:

- a.** De 4 a 7 pontos = recebimento de **97%** do valor da fatura de serviços;
- b.** De 8 a 11 pontos = recebimento de **94%** do valor da fatura de serviços;
- c.** De 12 a 15 pontos = recebimento de **91%** do valor da fatura de serviços;
- d.** De 16 a 19 pontos = recebimento de **88%** do valor da fatura de serviços;
- e.** De 20 a 23 pontos = recebimento de **85%** do valor da fatura de serviços.
- f.** De 24 a 27 pontos = recebimento de **82%** do valor da fatura de serviços.
- g.** A partir de 28 pontos = recebimento de **79%** do valor da fatura de serviços.

2.5. A aplicação da glosa não desonera a contratada de realizar as retificações que se fizerem necessárias para correção de imperfeições verificadas na execução dos serviços.

2.6. Na ocorrência de reincidências nos atrasos nos atendimentos e demais obrigações inerentes a execução do objeto:

2.6.1. A reincidência será caracterizada quando ocorrer três (3) ocorrências do mesmo tipo de falha, em qualquer parte da solução, dentro de um intervalo de 30 dias, sem correção definitiva, imputável à contratada.

2.6.2. Escalonamento de Penalidades:

Grau de Reincidência	Conduta	Penalidade Aplicável
1ª ocorrência	Descumprimento leve de SLA ou obrigação contratual, sem prejuízo relevante	Advertência por escrito
2ª ocorrência (mesmo tipo de falha, dentro de 30 dias)	Reincidência sem correção definitiva	Multa de 5% sobre o valor da fatura de serviços
3ª ocorrência (persistência do mesmo erro ou impacto grave)	Reiteração que comprometa a execução contratual	Multa de 7% sobre o valor da fatura de serviços e possível suspensão temporária
Persistência ou agravamento	Impacto grave ou generalizado, com prejuízos à Administração	Multa de 10% sobre o valor da fatura e possibilidade de rescisão contratual de forma unilateral pela administração a qualquer momento, sem ônus para o TCE-RJ.

2.6.3. A contagem de reincidência deve zerar após 60 dias sem novas ocorrências do mesmo tipo.

2.6.4. A contratada estará sujeita a sanções administrativas, dentre outras de previsão no edital de licitação.